

O resultado das eleições presidenciais em Taiwan pode levar a um aumento das tensões com a China

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 13 de janeiro de 2024



Lai Ching-te, conhecido como William Lai, venceu as eleições em Taiwan, tendo conquistado cerca de 40% dos votos válidos. Hou Yu-ih, candidato do Partido Nacionalista (Kuomintang), obteve 33% dos votos, enquanto Ko Wen-je, candidato de uma terceira via, que se opõe aos dois partidos tradicionais, obteve uma surpreendente votação, com 26% dos votos. O resultado demonstra que os mais de dezenove milhões de eleitores da ilha decidiram manter no poder o grupo governista, do Partido Democrático Popular (DPP), para decepção do presidente Xi Jinping, da China, e de todo o Partido Comunista Chinês.



Lai Ching-te

Lai, um médico com mestrado em Harvard, é o atual vice-presidente. Com a vitória, seu partido iniciará um inédito terceiro mandato consecutivo. Desta forma, os eleitores referendaram a política da atual presidente Tsai Ing-wen, e do DPP, que busca manter Taiwan longe da influência chinesa, procurando evitar conflitos, mas fortalecendo os laços com os Estados Unidos e outros países do Ocidente. Além disso, ele promete também aumentar a capacidade militar de Taiwan e fortalecer a economia da ilha. O apoio da maioria dos eleitores à essa política fica ainda mais claro tendo-se em vista que um dos candidatos vencidos, Hou Yu-ih, do Kuomintang, fez sua campanha prometendo expandir os laços e reiniciar negociações comerciais com Pequim.

Foi o oitavo pleito eleitoral presidencial em Taiwan, que realiza eleições livres e diretas desde 1996. Os chineses não queriam a vitória de Lai, e deixaram isso bastante claro, sugerindo que sua vitória poderia levar Taiwan para mais perto da guerra. A China, que considera Taiwan uma província rebelde que deve ser reincorporada à plena soberania chinesa, vê em Lai um defensor da independência de Taiwan. Na verdade, ele mesmo, embora não tenha adotado essa retórica na campanha eleitoral, enfatizando que não planeja declarar a

independência formal da ilha, chegou a declarar no passado ser um “pragmático defensor da independência” da ilha, algo que é absolutamente inaceitável para o governo chinês.



Xi Jinping tem aumentado de forma notável a atividade militar chinesa no entorno da ilha, em uma demonstração que reforça a mensagem que ele quer transmitir a Taiwan, aos chineses e ao mundo: a de que a reunificação é inevitável.

Taiwan é uma ilha de grande importância geoestratégica, posicionada em local fundamental para o comércio e a segurança regionais, já tendo sido definida pelo general norte-americano Douglas MacArthur como um “porta-aviões inafundável” ancorado eternamente em frente à China. Por isso, seu destino está ligado à competição sistêmica em curso entre Estados Unidos e China. Nesse sentido, os EUA devem manter sua postura de ambiguidade, sem reconhecer seu governo como um ente soberano, mas mantendo o apoio militar e relações próximas.

A vitória de Lai é, sem dúvida, um contratempo para Pequim. Suas políticas e atitudes no governo serão acompanhadas muito de perto por chineses e norte-americanos, bem como pelas demais potências mundiais. O mundo não pode ignorar o que acontece nessa pequena ilha, que está no centro do tabuleiro geopolítico global.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)

A crise entre Venezuela e Guiana está longe de ser um assunto encerrado

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 13 de janeiro de 2024



Em dezembro passado, a população venezuelana compareceu às urnas, para votar em um referendo promovido pelo governo de Nicolás Maduro. Como era esperado, votou de forma massiva na opção “Sim”, respondendo às perguntas sobre a incorporação da região da Guiana Essequiba à soberania da Venezuela.

A pretensão venezuelana sobre a região que se estende de sua atual fronteira com a Guiana para o leste, até o corte do rio Essequibo, remonta as origens coloniais dos dois países, havendo um consenso entre os venezuelanos acerca da legitimidade da pretensão do país de incorporar à sua soberania uma área que corresponde a cerca de 2/3 do território guianense – uma área comparável ao estado brasileiro do Ceará – rica em minérios, petróleo e diamantes.



Figura 1 – Região da Guiana Essequiba / Fonte – Stratfor (2015)

Não se trata, apenas, da porção terrestre do território. É do trecho do Mar do Caribe que defronta a região do Essequibo que a Guiana retira as riquezas petrolíferas que levaram o país a ter atualmente a economia que mais cresce no mundo, com uma taxa de aumento do PIB, em 2023, de cerca de 38%. Para se ter uma ideia do tamanho das riquezas, estima-se que a Guiana possa se tornar o quarto maior país produtor *offshore* do mundo em 2035, com uma média de 1,7 milhão de barris/dia – ultrapassando EUA, México e Noruega.

Essa riqueza toda, que vem sendo explorada por mais de uma dezena de companhias petrolíferas internacionais de grande porte, de norte-americanas a chinesas, certamente está entre as razões que levaram o regime autoritário venezuelano a reacender o debate sobre a posse da região do Essequibo.

Mas essa não parece ser a principal razão, ou mesmo a única. O presidente Maduro está pressionado pelas eleições presidenciais previstas para acontecer no segundo semestre de 2024, em um momento em que a oposição conseguiu se reunir em torno de uma candidata única, a liberal Maria Corina Machado que, entretanto, está impossibilitada de participar por decisão da mais alta corte judicial venezuelana. Ao propor o referendo, o governo conseguiu mudar de assunto, retirando o tema eleitoral da pauta de discussões e inserindo uma questão que unifica os venezuelanos em torno de uma causa

nacionalista. Uma estratégia clássica, utilizada muitas vezes ao longo da história, por governantes em apuros.



A campanha do governo pelo voto “sim” encontrou nos militares venezuelanos um forte ponto de apoio. O General Vladimir Padrino Lopes, Vice-Presidente e Ministro da Defesa, esteve onipresente nas mídias sociais e na imprensa defendendo a causa. Às vésperas do referendo, tropas foram acionadas para participar de operações militares e adestramentos, entoando gritos de guerra e músicas que reafirmam a posse venezuelana da região contestada, tudo com o claro propósito de transmitir à população venezuelana e à opinião pública internacional a mensagem de que o país possui capacidade militar para empurrar, *manu militari*, a linha de fronteira até o rio Essequibo.

Desde o conflito entre Equador e Peru, na década de 1990, a América do Sul tem se mantido livre de confrontos militares entre Estados nacionais. Assim, uma operação militar de conquista de território, em plena América do Sul, parece impensável. Mas, a irrazoabilidade de uma aventura militar se assenta em premissas de respeito ao direito internacional que talvez não estejam em alta conta em Caracas.

Passada a votação, a governo venezuelano diminuiu a

intensidade do discurso nacionalista. Em uma reunião na ilha de São Vicente e Granadina, pequeno país insular do Caribe que desempenha a função de presidente temporário da Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe (CELAC), os presidentes Nicolás Maduro e Irfaan Ali se comprometeram a não usar a força um contra o outro, acordando em resolver as disputas territoriais entre Venezuela e Guiana com base no direito internacional. Não houve nenhum acordo acerca da disputa propriamente dita, mas uma nova reunião entre os dois ficou agendada para ocorrer em três meses, no Brasil.

A disputa atrai para a América do Sul a atenção de potências extrarregionais, por motivos geopolíticos e econômicos.

Estados Unidos e Reino Unido fizeram movimentos militares discretos, mas suficientes para transmitir uma mensagem clara à Venezuela de que estão atentos à questão. No dia 7 de dezembro, poucos dias após o referendo, o Comando Sul das forças armadas norte-americanas divulgou a realização de “exercícios aéreos conjuntos” com a Guiana. O Reino Unido, por sua vez, enviou um de seus navios de patrulha oceânica, o HMS Trent, para a região do litoral da Guiana. O navio inclusive recebeu a bordo, no dia 29 de dezembro o Chefe do Estado-Maior de Defesa das forças armadas da Guiana, brigadeiro Omar Khan^[1]. A presença do navio britânico no mar que a Venezuela considera estar em litígio reacendeu a retórica nacionalista venezuelana e provocou uma reação do presidente Maduro, que determinou que cerca de 5.600 militares fossem mobilizados em exercícios conjuntos de suas forças armadas, na região de seu litoral.

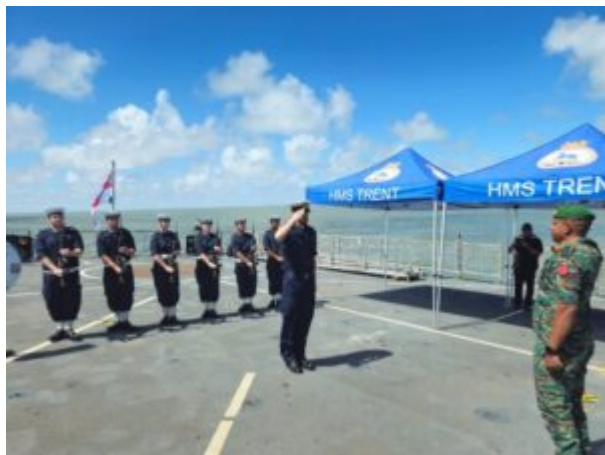


Figura 2 – Brigadeiro Omar Khan sendo recebido no HMS Trent / Fonte – Conta @HMSTrent na rede social “X”

A Rússia, um importante fornecedor de materiais e sistemas de Defesa para a Venezuela, vem mantendo um perfil discreto em relação à questão. O Ministério das Relações Exteriores do país se pronunciou por intermédio de uma nota curta [\[21\]](#), instando os dois países a resolverem a questão por vias pacíficas e se opondo à intervenção de terceiros países. Uma viagem do presidente Maduro à Rússia, que estava prevista para acontecer em dezembro, acabou por ser adiada.

No que concerne aos interesses econômicos envolvidos, é bom lembrar que há companhias petrolíferas norte-americanas, canadenses, catari, chinesa, inglesa, francesa e espanhola explorando os recursos energéticos no litoral guianense. Certamente as potências envolvidas estão atentas aos acontecimentos, e atuarão, se necessário, na defesa das empresas de seus países.

Assim, fica claro que referendo deu ao presidente Maduro a oportunidade de reacender a questão. O território já foi acrescentado aos mapas oficiais do país o general Alexis José Rodríguez Cabello foi designado pelo presidente venezuelano como “governante único” da Guiana Essequiba. É de se esperar que o regime venezuelano reacenda a questão de forma artificial, criando incidentes esporádicos, de forma a manter o assunto em pauta, especialmente quando as eleições

presidenciais – que ainda não possuem data marcada – se aproximarem.



Figura 3 – Mapa venezuelano incorporando a região do Essequibo / Fonte – Governo da Venezuela

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)

[1] <https://x.com/HMSTrent/status/1740870713219715281?s=20>

[2] https://mid.ru/en/foreign_policy/news/1919851/



O custo da resposta israelense aos ataques do Hamas

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 13 de janeiro de 2024



A guerra entre Israel e o grupo terrorista Hamas está sendo travada em altíssimos níveis de violência, o que faz os estudiosos da guerra se lembrarem dos ensinamentos de Carl von Clausewitz. Autor do clássico “Da Guerra”, o general prussiano do século 19 afirmou que esta é “um ato de força para compelir o nosso inimigo a fazer a nossa vontade”. A aplicação dessa força implicaria ser a ação militar um ato de extrema violência.

O ataque do Hamas, que no dia 7 de outubro atingiu indistintamente crianças, mulheres e idosos, foi meticulosamente executado de forma a causar terror e choque à população israelense, com o nítido objetivo de provocar uma forte reação. Não há novidade nisso. Dentro da perversa lógica dos planejadores dos atos terroristas, ao provocar a reação israelense, que certamente seria centrada na Faixa de Gaza, área habitada por mais de 2 milhões de palestinos, conseguiria alcançar o objetivo de chamar atenção para a causa do grupo, reunindo árabes e muçulmanos contra o inimigo “sionista” comum. Novos militantes seriam atraídos para a causa terrorista, atentados ocorreriam em outras partes do mundo e seria sabotada a aproximação que Israel vinha promovendo em direção aos países árabes, muito especialmente com a Arábia Saudita.

A reação israelense aos violentíssimos atentados terroristas perpetrados pelo Hamas pode ser explicada por Clausewitz mas, ao infligir grande sofrimento a civis não combatentes, causa indignação e protestos ao redor do mundo. Além disso, a forte reação internacional contra o que é considerado um excesso na resposta israelense parece indicar que o Hamas pode estar alcançando, pelo menos parcialmente, os seus objetivos. Isso claramente contraria os próprios interesses dos israelenses. Afinal, o processo de aproximação com os árabes foi interrompido e há uma onda desfavorável ao país na opinião pública internacional. Isso traz um questionamento fundamental: a resposta de Israel aos bárbaros atentados de 7 de outubro é exagerada?



O chinês Sun Tzu, autor do magistral "Arte da Guerra", destaca que, dentre os cinco erros que podiam ser cometidos por um general estavam a "imprudência, que leva à destruição", e a "cólera, que leva à precipitação". Estariam os líderes israelenses motivados por uma cólera imprudente?

Certamente, a autocontenção israelense neste momento é uma atitude difícil de ser tomada, uma vez que seu inimigo, o grupo terrorista Hamas, ignora completamente qualquer princípio moral ou ético. Os terroristas descumprem completamente um princípio básico do Direito Internacional dos

Conflitos Armados (DICA), o conjunto de normas e costumes que tentam limitar, por razões humanitárias, os meios e métodos de combate das partes em conflito: o princípio da distinção. O artigo 48 do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra define como uma regra fundamental para a proteção da população civil durante as hostilidades que “as Partes em conflito devem sempre fazer a distinção entre a população civil e os combatentes, assim como os bens de caráter civil e os objetivos militares”. Ao se misturar à população da Faixa de Gaza, utilizando indiscriminadamente instalações civis para fins militares, o Hamas borra propositalmente essa fronteira, impedindo, na prática, tal distinção pelos israelenses. É inegável que o Hamas deliberadamente coloca em risco, e de forma vil, a própria população palestina, seus bens e suas condições de subsistência.

Semana Black Friday



[Aproveite as promoções da Semana Black Friday da Amazon – compre pelo link, aproveite os descontos e contribua com o blog!](#)

Por outro lado, esse comportamento do Hamas não autoriza o Estado de Israel a utilizar quaisquer meios ou métodos de combate para alcançar seus objetivos militares. Existem outros princípios básicos do DICA que devem ser observados: humanidade, necessidade militar, proporcionalidade e limitação. Os casos de ataques a instalações como hospitais e

escolas, em que houve reconhecidamente um elevado número de baixas de civis, suscitam críticas e questionamentos justos. Afinal, Israel não poderia ter escolhido outro meio ou método de combate para atingir seus objetivos militares naquelas situações, causando menos sofrimento aos não combatentes? E, sob o ponto de vista de seus próprios interesses políticos e estratégicos, ao optar pelas ações que alcançam de forma imediata seus objetivos táticos mas causam muitos danos colaterais, não estariam os israelenses obtendo uma vitória de curto prazo, mas plantando uma derrota no nível estratégico para o futuro?

O objetivo dos beligerantes, em qualquer guerra, é chegar a uma paz que lhes seja melhor do que aquela que existia antes do conflito. A vitória de Israel, no campo da Tática, é questão de tempo. Mas, a conquista dos objetivos militares é só uma parte da operação. Depois dela, virá a mais difícil: estabilizar a Faixa de Gaza e encontrar uma forma para que israelenses e palestinos convivam em harmonia. Só assim haverá uma paz melhor do que aquela de antes de 7 de outubro. Para que isso aconteça, será primordial que os meios e métodos de combate empregados por Israel não deixem um rastro de ódio que faça a vitória tática se transformar em uma derrota política.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)

A era dos carros de combate –

como prova a guerra na Ucrânia – ainda não acabou

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 13 de janeiro de 2024

1. Introdução

As imagens da guerra atualmente em curso na Ucrânia, de carros de combate (CC) destruídos por armas anticarro e por “drones camicases”, divulgadas à exaustão na imprensa e nas mídias sociais, criaram no grande público, pouco afeito às táticas, técnicas e procedimentos do combate blindado, a impressão de que os CC tinham se tornado alvos fáceis, e por isso mesmo, obsoletos. Dessa forma, estavam dadas as condições para que analistas apressados e normalmente com pouco conhecimento de causa decretassem a “morte dos carros de combate”.

Não foi a primeira vez que isso aconteceu. Ao fim da Primeira Guerra Mundial, autoridades de defesa britânicas anunciaram que o carro de combate estaria morto ou morrendo, e que os CC nunca mais seriam usados. Os britânicos dissolveram suas unidades blindadas em 1928. O Ministério da Guerra, explicando a decisão, declarou que “tanques não eram mais uma ameaça^[1]”.

Em 1936, as instruções de blindados do Exército francês afirmavam: “Na ofensiva, deve-se enfatizar que hoje a arma antitanque é, para o tanque, o que a metralhadora foi para a infantaria durante a Guerra Mundial”. Três anos depois, um livro best-seller de um general da reserva do exército francês argumentou que o CC havia falhado como uma arma inovadora, já que “uma arma anticarro de 75 ou 77 milímetros, que custava 150 francos, poderia destruir um CC que custava um milhão de francos.” (HENKIL, 2022). Um ano se passou e, em maio de 1940, os CC alemães lideraram com enorme êxito a invasão da França.

Em 1960, ao perceber que o anúncio do fim dos CC era uma afirmação recorrente, Sir Basil Liddell Hart escreveu que, “de tempos em tempos, durante os últimos 40 anos, autoridades anunciaram que o CC estava morto ou morrendo. Mas, a cada uma dessas vezes, ele ressurgiu da sepultura que lhe haviam consignado” [\[2\]](#).

Esse não é um fenômeno exclusivo dos blindados. Algo semelhante ocorreu com aeronaves de combate após o primeiro míssil superfície-ar se fazer presente no campo de batalha. O general da Força Aérea de Israel Ezer Weizman, famoso piloto de combate que foi comandante durante a Guerra dos Seis Dias de 1967, disse em 1975 que “o míssil havia dobrado a asa do avião.” Sete anos depois, com o auxílio de contramedidas eletrônicas e armamento apropriado, a força aérea israelense destruiu 19 baterias de mísseis superfície-ar sírias no Líbano sem sofrer uma única baixa. (HENKIL, 2022)

Isso deveria servir como uma advertência contra declarações prematuras de que sistemas de armas estão finalmente desatualizados.

Este texto tentará demonstrar que, mais uma vez, erraram aqueles que, ao testemunharem os acontecimentos atualmente em curso na Ucrânia, anunciaram a morte dos CC. Ainda não será dessa vez.



2. As ameaças aos carros de combate

A história dos CC tem sido uma constante disputa entre sua blindagem e sua capacidade de engajar alvos a grande distância, com rapidez e precisão, de um lado, e as armas anticarro que lhes contrapõem, de outro. Quando os carros surgiram, no Somme, em 1916, suas blindagens resistiam às metralhadoras alemãs, mas não às granadas de artilharia. Rapidamente, os alemães desenvolveram um fuzil antitanque, com um projétil maior e mais pesado, que tinha a capacidade de perfurar a blindagem. Trata-se da mesma disputa de sempre, como a existente entre a espada e o escudo, entre a catapulta e a fortificação, entre o projétil e o colete balístico.

Essa competição continua desde então. À medida que as ameaças foram se aprimorando, as blindagens também se aperfeiçoaram, desde as simples chapas de aço, passando pelas blindagens compostas, chegando às reativas, até as mais modernas, as chamadas blindagens ativas.

Atualmente, o leque de ameaças ao carro de combate é enorme: helicópteros armados com armas anticarro, CC e outros blindados inimigos, mísseis, “drones camicases” (*loitering munitions*), projéteis de orientação terminal dispersos por bombas de aeronaves, foguetes, projéteis de artilharia,

munições cluster, minas anticarro, aí se incluindo as modernas minas de efeito direcionado, e armas leves, como granadas anticarro lançadas por fuzil ou por lançadores de granadas.

Em contrapartida às ameaças, surgiram os equipamentos de defesa ativa, que são aqueles que dispõem de munições ou módulos explosivos que reagem para interferir ou destruir os projéteis que são direcionados contra o carro ou veículo blindado no qual estão instalados. (MATEOS, 2018). Um exemplo desse tipo de equipamento é o sistema [Rafael Trophy Active Protection System](#), que foi instalado em diversos CC, tais como o Merkava israelense, a família Abrams norte-americana, o Leopard 2A8 alemão e, especula-se, também estará na próxima versão do Challenger III britânico.

De acordo com a informação do fabricante, o sistema cria “uma bolha de neutralização” ao redor do veículo. Ele detecta, classifica e engaja rapidamente todas as ameaças conhecidas, incluindo mísseis, foguetes e granadas alto-explosivas. O sistema ainda tem a capacidade de localizar a origem da ameaça, permitindo que a tripulação responda ao fogo de forma eficaz [3].



Figura 1 – Funcionamento do Sistema – Fonte Reddit, adaptado pelo autor

Vê-se, portanto, que não há nenhuma razão para se acreditar que as novas ameaças, representadas por veículos aéreos não tripulados, por exemplo, não possam ser sobrepujadas por novas e modernas alternativas de blindagens e outros tipos de defesa

ativa.

3. A relevância do Carro de Combate no campo de batalha

A invasão russa à Ucrânia, desencadeada em 24 de fevereiro de 2022, demonstrou com clareza e sem qualquer margem para outra interpretação, que a guerra de alta intensidade, o confronto cinético entre massas de exércitos regulares, ainda é uma realidade inescapável. No ambiente caótico do combate, as características de poder de fogo, ação de choque e proteção blindada, além da velocidade, conferidas aos exércitos por suas tropas blindadas, ainda são essenciais.

A essência do emprego do CC está na penetração das linhas defensivas inimigas, permitindo o aprofundamento do avanço das tropas atacantes e a abertura e exploração de brechas que redundarão no desequilíbrio de seu dispositivo. O uso de uma massa de blindados se mostrou essencial nas principais batalhas de alta intensidade do século 20. E não é diferente agora, no momento em que escrevo este artigo, quando as forças ucranianas iniciam uma operação ofensiva com o objetivo de tentar expulsar o invasor russo de seu território.

Lançar-se contra uma posição fortificada, como é o caso da posição defensiva russa, com trabalhos de organização do terreno realizados durante meses, na presença de obstáculos, campo de minas, setores de tiro delimitados, tiros de artilharia amarrados, itinerários de contra-ataques definidos e ações dinâmicas de defesa treinadas, em um ambiente em que o defensor possui meios de inteligência de sinais e de imagens que lhe permitem ampla consciência situacional, não é, por óbvio, uma tarefa simples.

Os comandantes ucranianos conhecem perfeitamente essa dificuldade. E por isso sabem que não podem prescindir dos blindados. Essa é a razão pela qual o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski, tanto insistiu – e continua insistindo – junto a seus parceiros ocidentais, pelo envio de caros de

combate e demais veículos blindados à Ucrânia.

Em atendimento a essas demandas, diversos países se mobilizaram. Os EUA prometeram o envio de seus carros M1 Abrams. Os britânicos enviaram seus Challenger II. Alemães, poloneses, noruegueses, finlandeses, espanhóis e portugueses enviaram seus Leopard, nas versões I e II. Além de diversos outros países europeus que ainda detinham equipamentos de origem soviética, e os estão também enviando aos ucranianos. Trata-se de um enorme esforço, visto que os próprios países europeus da OTAN, via de regra, não dispõem de grandes quantidades de CC. Isso os está obrigando a acelerar seus programas de aquisição desse tipo de equipamento, para repor seus próprios inventários e manter – e até mesmo ampliar – suas capacidades operacionais.

Assim, a Polônia firmou um acordo para comprar centenas de VBC M1A2 Abrams SEPv3, além de outros blindados da mesma família, dos Estados Unidos [5]. Na mesma direção, a Romênia divulgou a intenção de comprar 54 unidades do mesmo CC norte-americano [6]. Os alemães, por sua vez, anunciaram a compra de novos Leopard [7]. Os britânicos estão estudando a ampliação de sua frota. Os franceses, também encomendaram novos carros Leclerc para seu exército[8].

Como demonstram os exemplos acima, as potências europeias, alarmadas pela guerra no velho continente, estão investindo na ampliação e modernização de suas frotas de carros de combate. Isso sem falar nos diversos projetos de CC autônomos e semiautônomos, que já estão em fase de desenvolvimento nas principais potências militares do planeta.



4. Conclusão

A guerra, para Clausewitz, nada mais é do que “um ato de força para obrigar o inimigo a submeter-se a nossa vontade”. E, como a guerra em curso no território ucraniano nos lembra, suas características totais permanecem, pois ela é travada em alta intensidade, com toda a “violência, ódio e animosidade” que a compõe.

Travar e vencer essas guerras de alta intensidade, em nome de seus povos, é a missão primordial dos exércitos nacionais. Para isso, desde o tempo de paz, devem manter um poder de combate crível, composto das capacidades militares necessárias para, em um primeiro momento, dissuadir eventuais adversários de agirem contra suas nações. Caso tal dissuasão falhe, deverão atuar decisivamente para garantir a integridade e os interesses nacionais. Para tanto, deverão, obviamente, ter construído, desde o tempo de paz, as capacidades militares necessárias.

É nesse contexto que a manutenção de forças blindadas e mecanizadas potentes, adestradas e compostas por um núcleo de soldados profissionais adestrados e motivados, é essencial. Elas serão a espinha dorsal da Força Terrestre em operações.

Afinal, sempre que os exércitos entrarem em combate eles deverão possuir uma tropa capaz de manobrar para obter vantagem sobre o inimigo, vencê-lo e sobreviver ao encontro. Para isso sempre serão necessários meios de proteção, poder de fogo e mobilidade adequados. O principal material de emprego

militar para se alcançar isso ainda é – e continuará sendo em um futuro previsível – o carro de combate.

ESTE ARTIGO FOI ORIGINALMENTE PUBLICADO NA REVISTA AÇÃO DE CHOQUE, EDIÇÃO 21. LEIA A REVISTA COMPLETA, COM MUITO BONS ARTIGOS SOBRE O COMBATE DE BLINDADOS:

<https://www.calameo.com/read/007489941ce703935a1c5>

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!

[1] JP Harris, Men, Ideas and Tanks, British Military Thought and Armoured Forces, 1903-1939.

[2] Stuart Crawford, “Quality or Quantity? The Tank Conundrum”, UK Defence Journal, July 27, 2022, Quality or Quantity? The Tank Conundrum (ukdefencejournal.org.uk).

[3] <https://www.rafael.co.il/worlds/land/trophy-aps/> Veja o vídeo do funcionamento do sistema em https://www.youtube.com/watch?v=KVma76ZQ2d0&ab_channel=RAFAELAdvancedDefenseSystemsLtd

[4] <https://apnews.com/article/technology-poland-district-of-columbia-business-5f1681545d1bbe41ea4fb40fe719b21e>

[5] <https://www.romania-insider.com/romania-abrams-tanks-purchase-2023>

[6] <https://www.reuters.com/world/europe/germany-aims-buy-18-leopard-2-tanks-545-mln-euros-source-2023-05-12/>

[7]

<https://ukdefencejournal.org.uk/britain-considering-expanding-tank-fleet/>

[8]

<https://www.thedefensepost.com/2023/01/16/france-leclerc-battle-tanks/>

REFERÊNCIAS

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. Disponível em <https://www.amigosdamarinha.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Da-Guerra-Carl-Von-Clausewitz.pdf> Acesso em 27 Jun 2023

CRAWFORD, Stuart. *The age of the tank is not yet over*. Disponível em <https://ukdefencejournal.org.uk/the-age-of-the-tank-is-not-yet-over/> Acesso em 27 Jun 2023

GUTIERREZ, Roberto. *O futuro dos Tanques*. Revista Ejercitos. Disponível em <https://www.revistaejercitos.com/2018/11/11/el-porvenir-de-los-carros-de-combate/> Acesso em 27 Jun 2023

HENKIN, Yagil. *The “Big Three” Revisited. Initial Lessons from 200 Days of War in Ukraine*. Disponível em https://www.usmcu.edu/Portals/218/EXP_Henkin_BigThreeRevisited__PDF.pdf Acesso em 27 Jun 2023

MATEOS, Francisco. *Sistemas de proteção ativa*. Revista Ejercitos. Disponível em <https://www.revistaejercitos.com/2018/09/16/sistemas-de-proteccion-activa/> Acesso em 27 Jun 2023

Seiscentos dias de guerra na Ucrânia

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 13 de janeiro de 2024

Hoje, segunda-feira, 16 de outubro de 2023, completam-se seiscentos dias da invasão russa à Ucrânia. Os combates entre ucranianos e russos continuam a acontecer de forma feroz na planície sul da Ucrânia e no leste do país. Os bombardeios russos se mantêm impiedosos, atingindo alvos de forma indiscriminada em todo o território ucraniano. Mas, a opinião pública mundial está concentrada em outra tragédia: a guerra entre Israel e o grupo terrorista Hamas.

Para os ucranianos, que veem sua contraofensiva obter resultados muito mais modestos do que o esperado pelos políticos e pela opinião pública ocidental, que apoia o esforço de guerra ucraniano e está ávida por boas notícias do campo de batalha, a explosão da violência na Terra Santa foi mais uma má notícia. O esforço de guerra ucraniano, totalmente dependente do apoio financeiro e material dos EUA e de seus aliados europeus, agora tem um competidor a dividir as atenções e recursos: o esforço de guerra israelense.

Muitas coisas surpreendentes aconteceram nos últimos seiscentos dias. A primeira delas, é termos chegado a esta data com a Ucrânia ainda combatendo. Quando, em 24 de fevereiro do ano passado, os russos invadiram o território internacionalmente reconhecido da Ucrânia, poucos poderiam prever que a resiliência das forças armadas e do povo ucraniano pudesse nos trazer à situação atual, de seiscentos dias de resistência. Afinal, tratava-se de um ataque em quatro direções estratégicas, duas delas tendo a capital, Kiev, como

objetivo, feito por aquele que é considerado o segundo mais poderoso exército do mundo. A Ucrânia era presidida por um político inexperiente, em primeiro mandato, mal avaliado nas pesquisas, que, nos cálculos russos, não tinha condições de fazer face ao desafio e provavelmente fugiria do país. Para o presidente Putin e seu entorno, em duas ou três semanas, no máximo, o exército ucraniano seria batido e seria instalado no palácio presidencial de Kiev um novo governo, chefiado por um líder amigável aos russos, no estilo da vizinha Belarus e do seu eterno presidente Lukashenko.

[Inscreva-se no canal Geopolítica do Paulo Filho, no Telegram, e receba notificações diárias sobre assuntos estratégicos e geopolíticos!](#)



Como se sabe, nada disso aconteceu. O exército russo apresentou falhas de planejamento, liderança e execução das operações militares que eram inesperadas em razão de sua fama. O exército ucraniano, por sua vez, bem liderado, bem treinado e usando uma estratégia inteligente, além de táticas, técnicas e procedimentos de combate muito eficientes, conseguiu resistir ao ataque inicial russo, ganhando o tempo necessário para que o indispensável apoio internacional e financeiro começasse a chegar. A liderança política ucraniana, por sua vez, surpreendeu. O presidente Zelensky não fugiu, como esperavam os russos. Pelo contrário: fez o que se espera de um líder político de um país em guerra: galvanizou a vontade de lutar de seu povo, reunindo os apoios internos necessários ao esforço de guerra, ao mesmo tempo em que iniciou uma

incessante e bem-sucedida campanha internacional, angariando apoios materiais e financeiros que já somam cifras da ordem de dezenas de bilhões de dólares.

A segunda surpresa foi o fortalecimento da OTAN. Há seiscentos dias, ninguém poderia prever que hoje a Finlândia seria o 31º membro da aliança atlântica, ou que a Suécia estaria às portas de se tornar o 32º. Os dois países renunciaram a políticas de neutralidade longevas e decidiram buscar abrigo no guarda-chuva dissuasório da OTAN, em uma reação ao expansionismo da Rússia, país contra o qual os dois Estados nórdicos já guerrearam no passado. A resposta praticamente uníssona da Aliança é a antítese do que foi expresso há menos de quatro anos pelo presidente da França, Emmanuel Macron, que afirmou literalmente que a OTAN estava em morte cerebral, no dia 07 de novembro de 2019. O reavivamento da ameaça da guerra contra um inimigo comum foi responsável pela saída da Aliança do estado vegetativo em que se encontrava, de acordo com diagnóstico feito pelo líder francês.

A terceira constatação surpreendente foi a da maior liberdade de ação e autonomia do grupo de países que passou a receber a genérica denominação de “Sul Global”. Países africanos, latino-americanos, do grande Oriente Médio, do Sul e do sudeste asiático, com especial destaque para China e Índia, foram diretamente responsáveis por evitar que as sanções econômicas sem precedentes impostas pelos Estados Unidos, pela Europa e seus principais aliados levassem a Rússia ao colapso econômico. Afinal, se quarenta países sancionam a Rússia, cerca de 2/3 da população do mundo vivem em Estados que não o fazem.

Isso não significa que esses países apoiem a invasão russa. Em março do ano passado, em sessão de emergência da Assembleia Geral das Nações Unidas, 141 nações votaram a favor de uma resolução condenando a agressão da Rússia contra a Ucrânia, 35 abstiveram-se e apenas cinco votaram contra. No entanto, para muitos, esta é uma “guerra europeia”, que não lhes diz

respeito, embora sofram as consequências, especialmente nos campos da segurança alimentar e energética. Isso foi expresso de maneira enfática pelo Ministro das Relações Exteriores da Índia, Subrahmanyam Jaishankar, ao afirmar que a Europa “pensa que os problemas da Europa são os problemas do mundo, mas que os problemas do mundo não são os problemas da Europa”. A conclusão mais evidente é a de que, se os Estados Unidos e a Europa não conseguiram levar tantos países a concordarem com suas políticas retaliatórias em relação à Rússia, é porque sua influência e poder globais estão a enfraquecer. Isso reflete um momento de mudanças na arquitetura global de poder, com profundas implicações nas relações entre os Estados.

[Confira os livros que eu indico na Amazon. Ao comprar qualquer produto por lá entrando por esse link, você estará contribuindo com o Blog!](#)



As três constatações acima são apenas algumas das que podem ser destacadas dentre tantas surpresas e reviravoltas da política internacional nesses seiscentos dias. Outras devem continuar a surgir, uma vez que, infelizmente, o flagelo da guerra parece não estar próximo do fim nos campos de batalha da Ucrânia.

Os russos e os ucranianos estão atualmente se enfrentando em

uma feroz guerra de atrito, com a presente ofensiva ucraniana já chegando a seu ponto culminante e com o período chuvoso e de inverno a transformar o campo de batalha em um imenso lamaçal, que estabilizará as operações nos próximos meses. A guerra, portanto, continuará a cobrar seu enorme preço em vidas humanas e destruição.

A essa situação se some a deflagração da guerra entre Israel e Hamas, apenas no início, mas que, se vislumbra, também se estenderá por um longo período, com todo seu potencial de gerar ainda mais instabilidade no sistema internacional.

Os dois conflitos, separados geograficamente, estão interligados. Como dito no início deste texto, a guerra na Terra Santa tende a beneficiar a Rússia, embora os EUA e seus aliados digam que o apoio a Israel não afetará o apoio à Ucrânia. Mas, repercussões como uma possível crise no abastecimento de petróleo, em uma eventual escalada do conflito, podem ter consequências importantes no Teatro de Operações ucraniano. Isso sem falar nas surpresas e repercussões imprevistas, que assim como no conflito europeu, podem surgir da guerra na Faixa de Gaza.

As guerras em curso afetam terrível e profundamente as pessoas das áreas conflagradas, mas não deixarão ilesos os habitantes dos demais países do globo. Todos já estão sendo indiretamente afetados. E as coisas, infelizmente, não parecem estar destinadas a melhorar no curto prazo.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)

Cáucaso em Transformação: Nagorno-Karabakh e suas Implicações Regionais

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 13 de janeiro de 2024

Em apenas dois dias, com rápidos movimentos de tropas apoiadas por fogos de artilharia, o exército do Azerbaijão retomou o controle sobre toda a região de Nagorno-Karabakh, forçando as lideranças da minoria armênia que controlavam aquele enclave montanhoso, localizado entre os territórios da Armênia e do Azerbaijão, a se renderem. Os azerbaijanos reconquistaram, assim, uma grande porção de territórios, que embora internacionalmente fossem reconhecidos como pertencentes ao Azerbaijão, na prática eram uma região autônoma mantida pelos separatistas, com apoio militar armênio, há cerca de três décadas, desde as guerras que se seguiram ao esfacelamento da antiga União Soviética.

Em 2020, foi travada uma guerra de seis semanas em que o Azerbaijão, fortemente apoiado pela Turquia, derrotou uma Armênia que reclamou não ter recebido o apoio que esperava de seus aliados russos. Como resultado, os azeris reconquistaram porções importantes do enclave, derrotando as forças separatistas e armênias, o que lhes permitiu cercar completamente a região.

As posições operacionalmente vantajosas conquistadas em 2020 permitiram que o Azerbaijão estrangulasse o fluxo logístico para Nagorno-Karabakh, em um cerco que se intensificou no final do ano passado e causou uma grave crise humanitária. O chamado “corredor Lachin”, por onde passa a principal via de

transporte que liga o enclave à Armênia, e por intermédio dessa, ao resto do mundo, passou a ser rigorosamente controlado pelas tropas azerbaijanas, causando uma grave escassez de alimentos, medicamentos, produtos de higiene e combustível, o que redundou em uma grave crise humanitária na região.



Figura 1 – Corredor Lachin

Fonte – BBC

É importante destacar que o cessar-fogo de 2020, mediado pela Rússia, e cujo acordo estabeleceu a permanência de forças russas na região, como uma espécie de “tropas de paz”, estabelecia que era das forças russas a responsabilidade pelo controle do tráfego no corredor Lachin. Entretanto, os russos foram incapazes de impedir que o exército do Azerbaijão assumisse esse controle.

Esse é também um indício de que, para fazer valer sua vontade e reconquistar Nagorno-Karabakh em uma operação de apenas 48 horas, os azerbaijanos souberam escolher um momento que lhes favorecia. A guerra na Ucrânia atrai todos os esforços e atenções da Rússia. Assim, a “tropa de manutenção da paz” daquele país, que tinha por finalidade garantir o cessar-fogo acordado sob sua liderança após a guerra de 2020, foi incapaz de qualquer ação que impedisse a ofensiva do Azerbaijão.

Houve, inclusive, baixas fatais dentre os militares russos que foram surpreendidos pelo fogo cruzado durante a ofensiva.

A incapacidade da Rússia de impedir a ofensiva do Azerbaijão também pode ser considerada um indicador do declínio da influência russa no sul do Cáucaso. Afinal, a mediação da questão entre a Armênia e o Azerbaijão concedia aos russos uma posição de relevância geopolítica, que eles perdem com o desenlace da crise.



As consequências políticas dos acontecimentos também estão sendo fortemente sentidas em Yerevan, capital da Armênia. Centenas de manifestantes saíram às ruas, furiosos com o governo, em especial com o primeiro-ministro Nikol Pashinyan, acusado de trair os habitantes de etnia armênia de Arstakh, o nome pelo qual Nagorno-Karabakh é conhecido naquele país. Embora o presidente do Azerbaijão, Ilham Aliyev, tenha afirmado que os direitos dos habitantes da etnia armênia seriam garantidos, dadas as circunstâncias históricas, muitas dessas pessoas se opõem veementemente a ficar sob governo azerbaijano, o que cria mais um problema humanitário com os deslocados pela guerra. A solução mais óbvia para essas pessoas deverá ser fugir para a Armênia. Não se descarta o agravamento da crise política naquele país, inclusive com a queda do governo de Pashinyan.

Outros dois países da região têm interesse nos acontecimentos de Nagorno-Karabakh: Turquia e Irã. Os turcos comemoram o resultado do Azerbaijão, um aliado histórico. O lema "dois países, uma nação", enfatizado pelo presidente da Turquia,

Recep Erdogan, é anterior ao seu mandato, e relembra a origem étnica comum das duas nações. Além de acordos na área militar, também são importantes as relações econômicas entre os dois parceiros. Um aspecto muito relevante dessa relação é o energético. O Azerbaijão é o maior fornecedor de gás natural para a Turquia. Os dois países operam em conjunto o gasoduto Transanatólio, que leva gás do Azerbaijão para a Europa via Turquia. Há planos para expansão da rede de gasodutos, incluindo uma iniciativa de trazer gás do Turcomenistão, aproveitando a necessidade de gás europeia, que aumentou muito em razão da guerra na Ucrânia e dos consequentes embargos europeus ao gás russo.



Figura 2 – Gasodutos

Fonte JAM News

O Irã, por sua vez, que possui uma rivalidade histórica com o Azerbaijão, tem visto com grande desconfiança o estreitamento das relações entre aquele país e Israel. Por outro lado, a crescente influência turca no sul do Cáucaso também preocupa os iranianos. É provável que o país tente salvaguardar seus interesses geopolíticos na região com uma postura ainda mais assertiva.

Como se vê, o sul do Cáucaso vive um momento de mudanças geopolíticas. E, como a história ensina, muitas vezes esses momentos são acompanhados por enorme turbulência.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua](#)

[manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)



Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul estabelecem os Princípios de Camp David

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 13 de janeiro de 2024

A reunião de cúpula que reuniu os líderes de EUA, Coreia do Sul e do Japão no último dia 18 de agosto, em Camp David, nos Estados Unidos, merece atenção. O mundo vive tempos de evidente acirramento das tensões geopolíticas e os três líderes tentam, ao aproximar ainda mais seus países, ganhar algumas vantagens estratégicas para os desafios que sabem que estão por vir, especialmente no contexto da disputa em curso entre EUA e China, que tem na região do Indo-Pacífico seu

principal palco.

Inicialmente, é interessante destacar que os acordos trilaterais, divulgados ao término da reunião, só puderam acontecer porque Japão e Coreia do Sul têm conseguido uma maior aproximação e alinhamento sob os atuais governos de Fumio Kishida e Yoon Suk-yeol. As desconfianças nas relações entre os dois países são históricas, remontando as feridas da ocupação japonesa da península da Coreia, entre 1910 e 1945. Mas, as tensões geopolíticas do momento atual parecem ser de tal ordem desafiadoras que os problemas do passado estão sendo deixados de lado em nome de um maior entendimento.



Afinal, não faltam desafios geopolíticos comuns a japoneses, sul-coreanos e norte-americanos no Indo-Pacífico. A Coreia do Norte é o primeiro deles. Ainda formalmente em guerra com a Coreia do Sul, detentora de armas nucleares, com uma retórica agressiva e desencadeando frequentes testes balísticos e exercícios de tiro, a ditadura de Kim Jong-un volta e meia a causa tensões, inclusive no Japão, onde populações já foram orientadas a procurar abrigo em razão de mísseis norte-coreanos voando em trajetórias potencialmente perigosas.

Os desafios impostos pela China evidentemente também estão no centro das preocupações geopolíticas dos três países. A

questão de Taiwan, a maior assertividade chinesa nas disputas no Mar do Sul da China, a reação da China à implementação dos sistemas de defesa antimísseis THAAD pela Coreia, que resultou em retaliações econômicas chinesas contra os coreanos, e a disputa torno das ilhas Senkaku, que os chineses consideram suas e são hoje controladas pelo Japão são alguns exemplos questões sensíveis.

Neste cenário é que foram divulgados os “Princípios de Camp David” (íntegra [aqui](#)), que nortearão a ação trilateral. Do texto, destaco os seguintes pontos:

1. Os três países se comprometem a promover um Indo-Pacífico livre e aberto com base no respeito ao direito internacional, normas compartilhadas e valores comuns. Declaram se opor fortemente “a qualquer tentativa unilateral de mudar o status quo pela força ou coerção”. Nesse trecho há um recado implícito à China em relação a Taiwan, na oposição à mudança do status quo, ou seja, independência de facto de Taiwan, pela força.
2. Afirmam o compromisso de desnuclearizar a Coreia do Norte. Apoiam uma Península coreana “unificada e livre”. Trata-se de um desafio complexo, uma vez que a Coreia do Norte não renunciará a seu arsenal nuclear enquanto for governada pela dinastia dos Kim.
3. Fazem referência ao compromisso com boas práticas econômicas, à cooperação na área tecnológica e a compromissos com a busca de soluções para os problemas relacionados às mudanças climáticas.
4. Em outra mensagem implícita, dessa vez à Rússia e à guerra na Ucrânia, reafirmam o compromisso com a Carta da ONU, especialmente no que se refere à manutenção da soberania e da integridade territorial dos Estados, bem como com a solução pacífica de controvérsias.
5. Afirmam que o encontro inaugura um novo capítulo no relacionamento entre os três Estados, que passarão a atuar no Indo-Pacífico “como se fossem um só”.

Fora da declaração oficial, mas em entrevistas, foram reveladas as intenções realizar reuniões de cúpula e exercícios militares anualmente, impulsionar mecanismos de comunicação entre os três países e estabelecer uma linha direta para resolução de crises regionais.



Não se trata, portanto, da criação formal de uma aliança militar, fato que certamente geraria enorme oposição de chineses, russos e norte-coreanos. Mas é, sem dúvida, mais uma iniciativa, que se soma ao QUAD e à AUKUS na clara estratégia norte-americana de construção de uma arquitetura de contenção da China no Indo-Pacífico.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)

Instabilidades no Sahel africano

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 13 de janeiro de 2024

No último dia 26 de julho, o presidente do Níger, Mohamed Bazoum, foi derrubado do poder em um golpe militar liderado pelo chefe de sua guarda pessoal, General Abdourahmane Tchiani. Foi o sexto país a sofrer um golpe de Estado na região do Sahel, e seu entorno, nos últimos três anos. Com isso, um viajante que saia da Costa Atlântica da África, na Guiné, poderá chegar à costa oposta do continente, no Mar Vermelho da costa sudanesa, viajando apenas pelos países que passaram por uma mudança recente de governo, pela força: Guiné, Mali, Burkina Faso, Níger, Chade, chegando finalmente ao Sudão.



Figura 1 – Países do Sahel africano

Fonte The New York Times

A região do Sahel vive grandes instabilidades. De um lado, o terrorismo jihadista ligado especialmente à rede Al Qaeda e ao Estado Islâmico permanece muito atuante, com ataques terroristas recorrentes, especialmente em Burkina Faso, Mali e Níger, onde as mortes causadas por ataques terroristas

cresceram cerca de 50%[\[1\]](#) em 2022. De outro lado, há uma crescente competição local entre atores geopolíticos extra regionais, como Rússia e países europeus, em especial a França, em uma disputa por influência que complica ainda mais a dinâmica regional. Somem-se a isso a guerra em curso na Europa, com reflexos econômicos e políticos que extrapolam o Teatro de Operações e afetam todo o mundo, as mudanças climáticas e uma crise humanitária sem precedentes, tudo isso contribuindo para as fraturas institucionais que se se acirram com a exaustão popular provocada por tantas dificuldades, redundando nos recorrentes golpes de estado.

Até a semana passada, as potências ocidentais viam no Níger uma exceção nesse ambiente conturbado. Os EUA, por exemplo, mantêm 1.100 soldados americanos estacionados no país, onde também construíram bases de sistemas e aeronaves remotamente pilotadas em Niamey, a capital do país, e Agadez, no norte, a um custo de US\$ 110 milhões. O Secretário de Estado do país, Antony Blinken, ameaçou retirar seu apoio financeiro e cooperação de segurança ao Níger se o presidente Bazoum não for reconduzido ao poder.

Os franceses, por sua vez, que se viram obrigados a retirar suas tropas do Mali no ano passado, por ordem do novo governo militar daquele país, tinha transferido seus efetivos justamente para o Níger. Agora, caso o novo regime se estabilize no poder, é grande a chance dos franceses serem forçados a uma nova retirada. Há ainda a questão do urânio. O Níger é o sétimo maior produtor mundial do metal, que é vital para a produção de energia nuclear. Um quarto das exportações do Níger destina-se à Europa, especialmente à França, onde cerca de 70% da matriz energética é dependente da produção termonuclear. A reação francesa ao golpe militar foi enfática: o presidente Emmanuel Macron, disse que o governo francês “não tolerará nenhum ataque à França e seus interesses” no Níger.

Na mesma direção, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), uma organização multinacional constituída

por quinze Estados, dentre eles a maior economia da África, a Nigéria, ameaçou inclusive usar a força militar contra o Níger caso o presidente Bazoum não volte ao poder no prazo de uma semana. A ameaça redundou em uma resposta firme do Níger que respondeu, destacando a firme “determinação em defender a pátria”.

[Conheçam o curso Riscos Geopolíticos Globais](#)



Entretanto, os militares que assumiram o poder no Níger também receberam apoios externos. Destaca-se o anúncio conjunto dos governos do Mali e de Burkina Faso, dois países liderados por governos militares, que em resposta à CEDEAO emitiu uma nota afirmando que qualquer agressão externa ao Níger seria considerada uma declaração de guerra também aos seus países, e que suas forças armadas estariam prontas para defender o país vizinho.

Destaque-se que esses dois países do Sahel (igualmente ex-colônias francesas com forte presença política e econômica da ex-metrópole) estão em um movimento de afastamento da França e de aproximação da Rússia. O governo do Mali, por exemplo, após solicitar aos franceses a retirada de seus soldados, contratou o grupo paramilitar russo Wagner, que enviou cerca de 1500 mercenários ao país. Já o presidente de Burkina Faso, o

capitão Ibrahim Traoré, declarou que a prioridade das relações militares com a Rússia deriva da situação do país, que se encontra lutando contra o terrorismo e necessita de armas e equipamentos militares, fornecidos pela Rússia “sem restrições e a um bom preço”. Também no Níger, após o golpe, surgiram manifestações antifrancesas e declarações favoráveis à Rússia em manifestações populares.

Não por acaso, Mali e Burkina Faso estão incluídos no grupo de nações africanas que receberá a doação de dezenas de milhares de toneladas de grãos russos, sendo também beneficiários de contratos de cooperação técnico-militar, anunciados pelo presidente Putin na cúpula Rússia-África, que aconteceu na cidade russa de São Petesburgo na semana passada.

Assim, é interessante notar que o momento de forte tensão geopolítica que o sistema internacional atravessa, com uma guerra de alta intensidade sendo travada em plena Europa, e o acirramento da competição entre os EUA e seus aliados, de um lado, e China, Rússia, e aliados, de outro, testemunha também mudanças regionais, claramente influenciadas por todos esses acontecimentos. É o que se assiste neste momento no Sahel africano.

[1] Fonte Armed Location and Event Data Project – <https://acleddata.com/conflict-watchlist-2023/sahel/>

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!

500 dias de guerra na Ucrânia

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 13 de janeiro de 2024

Hoje, se completam 500 dias desde que as tropas russas ultrapassaram as fronteiras ucranianas, em 24 de fevereiro do ano passado, no que previam ser uma ação militar fulminante, com a qual esperavam derrotar o exército ucraniano, retirando o presidente Zelensky do poder e substituindo-o por um governante “amigável” ao regime russo.

A invasão russa é flagrantemente ilegal. Contraria, no mínimo, três instrumentos do Direito Internacional dos quais o país é signatário. O primeiro é a Carta da ONU, especificamente o previsto no nº 4 do artigo 2º, que prevê que *“os Membros (da ONU) deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado”*. O segundo é o Memorando de Budapeste, de 1994, no qual Grã-Bretanha, Rússia e Estados Unidos se comprometeram a *“abster-se de recorrer à ameaça ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política da Ucrânia”*, em troca da adesão desta ao Tratado de Não Proliferação Nuclear e da entrega à Rússia de todas as suas ogivas nucleares, herdadas da União Soviética. O terceiro é o Acordo de Helsinki, de 1975, quando representantes dos blocos capitalista (ocidental) e comunista (oriental) encontraram-se em Helsinque, para negociações sobre um futuro pacífico para a Europa. Naquela oportunidade, todos os trinta e cinco países signatários, dentre eles a União Soviética, comprometeram-se com *“a cooperação econômica, a inviolabilidade das fronteiras, a solução pacífica de conflitos e a não intromissão em assuntos de ordem interna”*.

A despeito de tudo isso, os russos, e em especial o presidente Vladimir Putin, apresentam razões históricas e securitárias para justificar a invasão. Tentar compreendê-las não significa

concordar com elas. Mas é fundamental para se entender como chegamos a esses quinhentos dias de guerra.

As razões históricas se amparam na narrativa da origem comum de russos e ucranianos, herdeiros do mesmo ente político seminal, a *Rus Kievana*, proto-estado que há pouco mais de mil anos existiu na porção oriental da Europa. Sob a justificativa da ancestralidade compartilhada, se constrói a retórica de que a própria existência da Ucrânia como um Estado independente é absurda, portanto, a invasão seria justificável na medida em que desfaz uma separação que, a priori, nunca deveria ter acontecido.

[Ofertas do dia da Amazon – Aproveite!](#)



As razões securitárias são relacionadas à sensação de insegurança entranhada na cultura estratégica russa. Terra das planícies intermináveis, que facilitam os movimentos dos exércitos, a Rússia teve seu território invadido inúmeras vezes ao longo de sua história. A começar pelos mongóis no século XIII, mas também em tempos mais recentes. Desde o século XVII até o atual, não houve nenhum em que a Rússia não fosse invadida, a começar pelos poloneses, do rei Sigismundo III, em 1609, pela Suécia do rei Carlos XII, em 1708, pela França, de Napoleão, em 1812 e pela Alemanha, nas duas grandes guerras, no século XX. Em levantamento feito por

Tim Marshall, no livro *Prisioneiros da Geografia*, se acrescentarmos a guerra na Crimeia, os russos terão combatido na planície norte europeia, ou no entorno dela, em média, uma vez a cada 33 anos, desde as invasões napoleônicas até os dias atuais. Isso significa que todas as gerações de militares russos dos últimos dois séculos participaram de combates na Europa.

É claro que isso tem profundas implicações nas preocupações de segurança e na cultura estratégica russa. É nesse contexto que a paulatina adesão de países cada vez mais a leste da Europa, conseqüentemente cada vez mais próximos à fronteira da Rússia, à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e a perspectiva da entrada da Ucrânia à Aliança, passou a ser vista pelo presidente Putin e seu entorno como uma ameaça insuportável à segurança do país.

Todas essas justificativas possuem contrapontos válidos. Os ucranianos alegam, baseados em boas razões históricas e culturais, possuir uma identidade política, cultural e histórica própria. Europeus e norte-americanos, por sua vez, alegam que a expansão da OTAN não possui caráter ofensivo e que a Rússia não teria nenhuma razão objetiva para se sentir ameaçada.

O fato é que, independentemente da sua ilegalidade, ou de suas justificativas, a guerra de alta intensidade voltou ao coração da Europa e já se prolonga há 500 dias. Cenas que se julgava tivessem ficado na história do Velho Continente, como combates em trincheiras, avanços de colunas de blindados, barragens de artilharia e bombardeios indiscriminados de cidades, voltaram a fazer parte do cotidiano, com toda a sorte de sofrimento humano, prejuízos econômicos e desequilíbrios políticos e geopolíticos que uma guerra dessa natureza produz.

A longa duração do conflito – que no momento atual não permite antever um desfecho em curto prazo – pode ser creditada a dois fatores principais. Em um primeiro momento, à decidida

mobilização da sociedade ucraniana, que se reuniu em torno de sua liderança política e de suas forças armadas com o firme propósito de se defender. Isso surpreendeu os russos, que não esperavam encontrar uma resistência tão forte ao seu avanço inicial. Em um segundo momento, ao decidido apoio de norte-americanos, europeus e seus aliados que, por um lado, enviaram aos ucranianos recursos financeiros, treinamento e sistemas e materiais de emprego militar que proporcionaram à Ucrânia as condições mínimas para equilibrar as ações no Teatro de Operações, e por outro, impuseram embargos comerciais à Rússia, que se não a debilitaram decisivamente, como talvez se pudesse esperar, causaram certamente muitos percalços econômicos, com reflexos para seu esforço de guerra.

As operações militares em curso na Ucrânia comprovam mais uma vez o caráter total das guerras, como ensinava Clausewitz, ainda no século XIX. Infelizmente, a violência da guerra vem sendo reiterada a cada um dos últimos 500 dias. Nada mais significativo dessa realidade que a constatação do colossal consumo de munição de artilharia, em especial da de maior calibre. Os Estados Unidos já enviaram à Ucrânia, desde o início da guerra, mais de 1,5 milhões de granadas de 155mm, que são consumidas aos milhares pelos obuseiros ucranianos, todos os dias. Pelo lado russo, estima-se o consumo desse tipo de munição na casa das dezenas de milhares, diariamente. Esses números somente encontram paralelo histórico nas grandes guerras mundiais. A guerra de alta intensidade em curso na Ucrânia usa também outros sistemas e materiais de emprego militar, além de técnicas, táticas e procedimentos de combate típicos das grandes guerras do século 20: vasta utilização de campos de minas, emprego de carros de combate, linhas de trincheiras, baterias antiaéreas, para citar apenas alguns exemplos.



Mas a guerra também aponta para novas tecnologias, como o extensivo uso de sistemas de aeronaves remotamente pilotadas, os chamados drones, mísseis hipersônicos, vasta utilização de sistemas satelitais e guerra cibernética. No campo da informação, as mídias sociais fazem a guerra parecer ser narrada em primeira pessoa, com vídeos de combates onipresentes nas redes, ajudando a conformar narrativas, que os dois lados em disputa tentam fazer prevalecer.

Essa guerra também trouxe de volta – e de forma surpreendentemente preocupante – o espectro do conflito nuclear. O uso da arma nuclear é um tabu, uma vez que, após os terríveis efeitos de sua única utilização, pelos norte-americanos, em Hiroshima e Nagasaki, nunca mais qualquer país ousou sequer ameaçar empregá-la. De lá para cá, potências nucleares perderam guerras, sem jamais recorrer à ameaça de sua utilização. Foi o caso dos EUA, no Vietnã e da União Soviética, no Afeganistão. Mas, na guerra em curso na Ucrânia, isso mudou. A ameaça da escalada nuclear já foi feita diversas vezes ao longo desses 500 dias, por diferentes autoridades russas, sendo verbalizada com especial ênfase – e de forma reiterada – pelo ex-presidente da Rússia, Dmitry Medvedev.

Para além dessas condições táticas e operacionais, é importante também compreender que o conflito gerou crises múltiplas, em diferentes níveis.

A guerra, somada a ascensão chinesa, caracterizam a emergência de um mundo multipolar, onde a hegemonia norte-americana é desafiada. Esse mundo multipolar confere mais liberdade de

ação aos países do chamado “Sul Global”, que se sentem mais confortáveis para adotar uma postura independente, descolada, por exemplo, do que norte-americanos e europeus desejariam. Assim, Índia e diversos países africanos, do Oriente Médio e da América do Sul, deixaram de aderir às sanções econômicas impostas pelas potências ocidentais à Rússia. A guerra também mostra a necessidade de reformulação da ONU, em especial de seu Conselho de Segurança, uma vez que o mais importante organismo multilateral se mostra completamente incapaz de mediar um processo de paz.

No campo econômico, a guerra traz consequências desfavoráveis em um ambiente já estressado pela pandemia da Covid 19, especialmente para a Europa. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) projeta um crescimento dos países da zona do Euro, em 2023, de apenas 0,9%, muito menor do que se previa antes da invasão russa.

As consequências humanitárias da guerra são graves. As vítimas da guerra, nos dois lados do conflito, já podem ser contadas na casa das centenas de milhar. As pessoas forçadas a migrar para outros países, ou a se deslocarem no interior da própria Ucrânia já são contadas na casa dos milhões, com todas as inúmeras consequências pessoais para os afetados, além das consequências sociais e políticas para as comunidades que recebem os refugiados. Na Ucrânia, a destruição das cidades vai exigir investimentos na casa das centenas de bilhões de dólares para a reconstrução. Isso sem falar dos transtornos causados por munições falhadas, que permanecerão por anos sendo encontradas na Ucrânia e das minas terrestres, espalhadas por milhares de quilômetros quadrados no que exigirão um esforço de anos para serem completamente desativadas.

A essa altura o leitor pode estar se perguntando sobre as perspectivas para o fim da guerra. Confrontos militares dessa natureza só terminam quando um dos contendores – ou os dois – desistem ou são forçados a desistir de lutar. Isso pode

acontecer pela derrota militar, como no caso da rendição da Alemanha, que encerrou a Segunda Guerra Mundial. Ou, pela completa exaustão, como aconteceu no conflito Irã x Iraque, em que os dois lados se exauriram completamente, após quase uma década de guerra, chegando a um acordo. Ou, como na Guerra da Coreia, onde a guerra não foi oficialmente encerrada, mas “congelada” por um armistício acertado pelos dois lados após uma estabilização do campo de batalha por cerca de dois anos.



Infelizmente, no caso da Ucrânia, é forçoso se reconhecer que não há, no momento, nenhuma perspectiva realista para o fim da guerra. O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky já declarou reiteradas vezes que não aceita negociar enquanto houver tropas russas no território internacionalmente reconhecido como ucraniano. Os seus aliados ocidentais, notadamente os EUA, também já reiteraram a disposição de continuar apoiando decisivamente a Ucrânia, pelo tempo que se fizer necessário. Os russos, por outro lado, estão firmemente aferrados ao terreno conquistado em solo ucraniano, o que tornará a ofensiva que a Ucrânia acabou de iniciar para tentar retomar território uma operação muitíssimo difícil e de resultado bastante incerto. Ademais, do ponto de vista do presidente da Rússia, Vladimir Putin, é impensável recuar suas tropas de volta para a casa sem uma vitória, ainda mais em uma guerra que ele mesmo iniciou. Isso muito provavelmente significaria o

fim de sua carreira política como presidente da Rússia.

A guerra pode, dessa forma, perdurar por muito tempo ainda. Do lado ucraniano, tudo depende da disposição de seus parceiros em manter o apoio militar. Do lado russo, é provável que sejam capazes de manter a atual operação defensiva por muito tempo, mantida por suas ainda amplas capacidades militares, na esperança de que os governos do ocidente, em especial dos EUA, encerrem seu apoio à Ucrânia, talvez pressionados por suas populações, quando essas se cansarem da guerra, ou talvez por uma mudança de postura em uma eventual nova administração que possa assumir o governo após as eleições presidenciais do ano que vem.

Finalmente, no triste aniversário de 500 dias da guerra na Ucrânia, não se vislumbra o encerramento do conflito, que infelizmente continuará causando muito sofrimento às populações envolvidas e graves consequências para o restante da humanidade.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)

Por uma verdadeira integração sul-americana

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 13 de janeiro de 2024

Os líderes dos países sul-americanos estiveram em Brasília para uma reunião convocada pelo governo brasileiro. A cooperação e a integração regionais foram os assuntos discutidos. O documento divulgado após o encontro, de nove parágrafos, anuncia apenas uma decisão: a de estabelecer um grupo de contato, liderado pelos chanceleres, para avaliação das experiências dos mecanismos sul-americanos de integração e a elaboração de um “mapa do caminho” para a integração da América do Sul.

A necessidade de integração sul-americana está muito longe de ser uma questão nova. Aliás, o próprio nome dessa porção da Terra, “América do Sul”, já advém de uma tentativa de superar conceitos impostos de fora para dentro da região, como os norte-americanos “Hemisfério Ocidental”, ou “pan-americanismo”, inspiradores da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Doutrina Monroe ou do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar); ou como o conceito francês de “América Latina”, criado para tentar estabelecer um vínculo que integrasse a França às suas possessões e colônias nas Américas.

Geopolíticos brasileiros do século 20 dedicaram grande parte de suas obras ao estudo da integração sul-americana, considerada por eles uma necessidade imperativa para os interesses brasileiros. Os generais Mário Travassos e Carlos de Meira Mattos são dois importantes exemplos.

Mário Travassos, no livro *Projeção Continental do Brasil*, de 1935, identifica de início dois fatores geradores de antagonismos, logo, de afastamento ou de desunião dos países da América do Sul. O primeiro é a oposição das duas vertentes continentais, separadas pela Cordilheira dos Andes, que afasta os Estados voltados para o Atlântico dos Estados voltados para o Pacífico, “de costas”, portanto, uns para os outros. O segundo é o representado pelas duas principais bacias hidrográficas da vertente do Atlântico, a separar os Estados amazônicos dos platinos. A superação dos efeitos dissociadores

desses antagonismos geográficos exigiria, na visão de Travassos, ainda na década de 1930, a construção de uma adequada infraestrutura de transportes e comunicações que integrasse o continente sul-americano. Somente assim, nas palavras de Travassos, o Brasil exprimiria sua “imensa projeção coordenadora” no cenário político e econômico sul-americano.

[Conheça as Ofertas do Dia da Amazon – compre com economia!](#)



Meira Mattos, já na segunda metade do século 20, desenvolveu seu pensamento geopolítico a partir dos fundamentos de Travassos, de quem se considerava discípulo. Embora ele ampliasse o foco sul-americano de Travassos, almejando uma projeção global para o Brasil, as preocupações com a integração do subcontinente permearam toda a sua obra. Em artigo publicado em 2004, já aos 91 anos, ele escreveu que uma geopolítica de integração dos países da região “não se consolidará apenas com os empenhos de uma vigorosa vontade política e de uma diplomacia esclarecida e dinâmica. É mister estruturar essa integração”. Para isso, Meira Mattos já indicava a necessidade de integrar os três acordos de integração regionais então existentes: Mercosul, Pacto Andino (hoje Comunidade Andina de Nações) e Pacto Pan-Amazônico (hoje Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – Otca). 0

general concluía com uma crítica: “Está faltando um impulso diplomático unificador que os reveja, amplie seus objetivos, articulando-os e os dotando de mecanismos de incentivo econômico de interesse comum”.

No ano 2000 ocorreu a 1.^a Reunião de Presidentes da América do Sul, oportunidade em que se inaugurou a chamada Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (Iirsa), que, entretanto, pouco conseguiu avançar na resolução efetiva dos problemas de infraestrutura da região. É incrível – e sintomático das dificuldades de integração – que somente no alvorecer do século 21 tenha ocorrido uma *primeira* reunião de mandatários sul-americanos.



A União das Nações Sul-americanas (Unasul), criada em 2008, foi mais uma tentativa de integração. Ela chegou a contar com os 12 países do subcontinente, tendo, inclusive, absorvido a Iirsa. Mas a falta de consenso e as disputas ideológicas decorrentes da natural alternância de diferentes partidos no poder nos vários países sul-americanos, além da falta de pragmatismo na busca de uma verdadeira integração, infelizmente, levaram à desintegração da organização.

Ressuscitar a Unasul é, hoje, um objetivo da política externa brasileira. A integração foi tratada na reunião do dia 30 de

maio passado. A ideia, entretanto, ainda não convenceu os demais parceiros, tanto que o tema não figurou na declaração final do encontro. Seria importante que a ideia vingasse. Mas, mais importante ainda, que os erros do passado fossem superados, de forma que a integração se desse em torno de objetivos estratégicos bem definidos, com foco no benefício mútuo, e não em torno de posições políticas que mudam com as trocas de governo, solapando a integração sonhada já há muitos anos, mas, infelizmente, nunca efetivada de forma adequada.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)

